

60

QUESTÕES INÉDITAS
PENAL E PROCESSO PENAL

TOMO 2

GABARITANDO A PROVA
OBJETIVA

SÉRIE QUESTÕES INÉDITAS CEJURNORTE
Elaboradas por aprovados em concursos públicos



Olá amigos (as)!

Neste material o CEJURNORTE traz para vocês o TOMO 2 da SÉRIE QUESTÕES INÉDITAS.

São 60 questões de PENAL E PROCESSO PENAL, com “Espaço de Desempenho” para avaliação!

As questões são todas inéditas e atuais, elaboradas pelos colaboradores da família Cejurnorte, todos aprovados em concursos públicos de procuradorias, magistratura e Ministério Público.

Espero que gostem, seja útil para o estudo contínuo de exercícios e que todos realizem o sonho maior: A APROVAÇÃO!

Bons estudos!

Márcia Oliveira Pessoa (Aprovada no TJ PI – Juiz)

Jaymerson Marques (Procurador/PA)

Vitor Ramos Eduardo (Procurador/PA)

Mikaella Ferreira (Delegada/PA)

André Epifanio (Promotor/AM, Ex-Procurador/PA)

Revisado por ***André Epifanio Martins***

Promotor de Justiça/Amazonas

Autor da Ed. Juspodivm

Coordenador de materiais gratuitos CEJURNORTE

Obs: Por questões didáticas, Preferimos colocar o gabarito logo abaixo das questões. Dica: Coloque uma régua ou uma folha de papel para não ver o gabarito das questões.

PENAL

1. Acerca da Lei 11343/06 é correto afirmar:

- a) Para fins do art. 28 da lei de drogas, o juiz atenderá somente à natureza e a quantidade da substância apreendida e os antecedentes do agente.
- b) As penas de prestação de serviço à comunidade e medida educativa de comparecimento a programa de ou curso educativo serão aplicadas pelo prazo máximo de 6 (seis) meses.

c) Em caso de reincidência, as penas de prestação de serviço à comunidade e medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo serão aplicadas no prazo máximo de 10 (dez) meses.

d) Prescrevem em 3 (três) anos a imposição e a execução das penas, referentes ao art. 28 da lei de drogas.

GABARITO: C

2. O Código Penal prevê benefícios cuja finalidade é evitar o aprisionamento daqueles que foram condenados a penas de curta duração, como é o caso do SUSIS. Sobre este instituto, dispõe legislação.

a) Um dos requisitos para a concessão do sursis é não ser reincidente.

b) O sursis será concedido mesmo quando indicada ou cabível a substituição prevista no art. 44 do CP.

c) A suspensão condicional da pena é extensível às penas restritivas de direitos e à multa.

d) Se descumpridas as condições impostas durante o período de prova da suspensão condicional do processo, o benefício poderá ser revogado, mesmo se já ultrapassado o prazo legal, desde que referente a fato ocorrido durante sua vigência.

GABARITO: D

3. É entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça:

- a) Na dosimetria da pena é possível utilizar a reincidência penal, como circunstância agravante e, simultaneamente, como circunstância judicial, sem que configure “bis in idem”.
- b) A imposição do regime de cumprimento mais severo do que a pena aplicada permitir exige motivação idônea.
- c) É plenamente aceitável, a imposição de regime mais severo da pena do que o permitido segundo a pena aplicada, a partir da opinião do julgador sobre a gravidade em abstrato do crime.
- d) O tempo de duração da medida de segurança poderá ultrapassar o limite máximo da pena abstratamente cominada ao delito praticado.

GABARITO: B

4. Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumí-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem, consiste em:

- a) Condescendência criminosa
- b) Concussão

- c) corrupção passiva
- d) Excesso de exação

GABARITO: C

5. No que diz respeito a extinção da punibilidade, assinale a alternativa correta:

- a) Verificada qualquer causa extintiva da punibilidade ocorre a eliminação da própria infração penal.
- b) É unânime o entendimento doutrinário no sentido de ser exemplificativo o rol do art. 107 do CP. Um exemplo de causa extintiva da punibilidade fora do citado dispositivo é a confissão espontânea e pagamento das contribuições, importâncias ou valores e prestação de informações devidas à previdência social, na forma disciplinada em lei ou regulamento, antes do início da ação fiscal, nos crimes de apropriação indébita previdenciária e sonegação de contribuição previdenciária.
- c) A anistia é causa extintiva da punibilidade, prevista expressamente no art. 107 do CP e, consiste em clemência estatal concedida por decreto do Presidente da República, destinando-se, em regra, a crimes políticos.
- d) O perdão aceito, é a desistência manifestada antes do oferecimento da denúncia ou queixa, logo, constitui-se, em causa de extinção da punibilidade nos crimes que se apuram por ação pública e privada.

GABARITO: B

6. Sobre o instituto da prescrição é correto afirmar:

- a) Ocorrendo a prescrição da pretensão executória, a vítima não tem a sua disposição o título executivo judicial para promover a liquidação e execução cível.
- b) No caso de fuga do sentenciado, a prescrição é regulada pelo tempo da pena aplicada na sentença condenatória, considerando-se o dia da fuga como termo inicial da contagem do prazo.
- c) O curso da prescrição interrompe-se pelo oferecimento da denúncia ou da queixa.
- d) Os prazos prescricionais, configurados após a sentença transitar em julgado, devem ser exasperados diante da reincidência do agente.

GABARITO: D

7. No que diz respeito a parte especial do código penal:

- a) O furto, dano, estelionato e receptação são crimes que admitem a forma privilegiada.
- b) Na apropriação indébita previdenciária é facultado ao juiz deixar de aplicar a pena ou aplicar somente a de multa se o agente for primário e de bons

anteriores, desde que tenha promovido, após o início da ação fiscal e antes de oferecida a denúncia, o pagamento da contribuição social

c)É possível a aplicação, no furto qualificado, pelo concurso de agentes, da majorante do roubo.

d)Considera lesão corporal de natureza grave a incapacidade permanente para o trabalho.

GABARITO: B

8. É correto afirmar acerca da Lei de Execução Penal:

a)As faltas disciplinares classificam-se em leves, médias e graves, cabendo a legislação local especificar as leves e medias, bem assim as respectivas sanções.

b)De acordo com entendimento jurisprudencial não comete falta grave o condenado à pena privativa de liberdade que provocar acidente de trabalho.

c)Somente o condenado que cumpre pena no regime semiaberto e os presos provisórios poderão obter permissão de saída.

d)A falta grave interrompe o prazo para obtenção do livramento condicional.

GABARITO: A

9. De acordo com as disposições da Lei 4898/65 é correto afirmar:

- a) Recusar o carcereiro ou agente de autoridade policial recibo de importância recebida a título de carceragem, custas e emolumentos ou de qualquer outra despesa, não constitui abuso de autoridade, conforme entendimento da jurisprudência.
- b) Considera-se autoridade, para os efeitos da lei, quem exerce cargo, emprego ou função pública, de natureza civil ou militar, de forma permanente e mediante remuneração.
- c) Quando o abuso foi cometido por agente de autoridade policial, civil ou militar, de qualquer categoria, poderá ser cominada a pena autônoma ou acessória, de não poder o acusado exercer funções de natureza policial ou militar no Município da culpa, por prazo de um a cinco anos.
- d) Apresentada ao Ministério Público a representação da vítima, aquele, no prazo de 5 (cinco) dias denunciará o réu.

GABARITO: C

10. O arrependimento posterior:

- a) Suspende a pena pelo prazo de dois anos.
- b) Suspende o prazo pelo prazo de um ano.
- c) Constitui circunstância atenuante, a ser considerada da segunda fase da dosimetria da pena.
- d) Pode reduzir a pena abaixo do mínimo previsto para o crime.

11. Ano após ano, no Brasil, a violência contra a mulher tem atingido picos numéricos cada vez mais assustadores. Somente ao ano de 2017, segundo dados publicados no portal de notícias “G1” (Mar/17), 29% é o percentual de brasileiras que afirmam ter sofrido algum tipo de violência física ou verbal – o que equivale a 16 milhões. Diante disso, assinale a opção correta em relação aos crimes advindos da prática de violência contra a mulher no âmbito doméstico e familiar.

- a) As formas de violência doméstica e familiar contra a mulher encontram-se taxativamente elencadas na Lei Maria da Penha.
- b) Deverá o juiz, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, determinar a separação de corpos.
- c) A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública e nas normas e políticas públicas de proteção, independentemente do caráter emergencial.
- d) Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata esta Lei, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.

GABARITO: D

12.É considerado crime contra a liberdade pessoal, segundo o rol taxativo elucidado no CPB:

- a) Calúnia.
- b) Violência Doméstica.
- c) Maus tratos.
- d) Ameaça.

GABARITO: D

13.José Cândido Portinari, ao ano de 2014, ocupava o cargo de Analista Judiciário no TJPA acontece que o mesmo era reu em uma ação penal pela suposta prática de peculato. Anos mais tarde, em 2017, quando já ocupava outro cargo público, o de Oficial de Justiça, foi prolatada a sentença condenatória. Nesta situação hipotética, consoante entendimento do STJ:

- a) O juiz poderá condenar José Cândido à perda do atual cargo público (Oficial de Justiça), mesmo sendo este posterior à prática do delito.

- b) Via de regra, o juiz não poderá condenar José Cândido à perda do atual cargo público, posto que a pena de perdimento deve ser restrita ao cargo público ocupado ou função pública exercida no momento da prática do delito.
- c) O juiz não poderá, em hipótese alguma, condenar o réu à perda do cargo de Oficial de Justiça.
- d) Se o juiz, motivadamente, considerar que o novo cargo guarda correlação com as atribuições do anterior, ou seja, daquele que o réu ocupava no momento do crime, poderá aplicar a perda da nova função como uma forma de anular (evitar) a possibilidade de que o agente pratique novamente delitos da mesma natureza, respeitando-se, para isso, um limite máximo de dois anos para a aplicação desta sanção.

GABARITO: B

14. Atinente aos crimes contra a Administração Pública, indique, dentre as opções abaixo, aquela que se revela em conformidade com o CPB.

- a) Para que se tenha configurado o peculato, o funcionário público deve apropriar-se de dinheiro, valor ou de qualquer outro bem móvel ou imóvel, público ou particular, de que tenha a posse ou a propriedade, em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.
- b) Dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei, configura o delito de concussão.

- c) A violência arbitrária caracteriza-se pela prática de violência, no exercício de função ou a pretexto de exercê-la.
- d) Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, vantagem ou promessa de vantagem a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público estrangeiro no exercício de suas funções, relacionado a transação comercial internacional, configura a corrupção ativa em transação comercial internacional.

GABARITO: C

15. De acordo com o entendimento do STJ a respeito de assuntos afetos ao Direito Penal, assinale a opção correta.

- a) O representante legal de sociedade empresária contratante de empreitada não responde pelo delito de desabamento culposo ocorrido na obra contratada, quando não demonstrado o nexu causal, mas pode ser responsabilizado na qualidade de garante.
- b) A obtenção de lucro fácil e a cobiça constituem elementares dos tipos de concussão e corrupção passiva, sendo, por isso, devido utilizá-las para aumentar a pena-base alegando que os “motivos do crime” (circunstância judicial do art. 59 do CP) seriam favoráveis.
- c) Em caso de concurso formal de crimes, o perdão judicial concedido para um deles necessariamente deverá abranger o outro.

d) Lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é crime de ação pública incondicionada.

GABARITO: D

16. Vitor, condenado a anos de prisão pela prática de diversos crimes assume, perante a autoridade, a autoria de crime que comprovadamente não cometeu, com o intuito de livrar outra pessoa da condenação. Assim agindo, Vitor incorre em algum crime? Se sim, qual?

- a) Sim. Comunicação falsa de crime.
- b) Não. Não praticou nenhum tipo penal.
- c) Sim. Autoacusação falsa.
- d) Sim. Fraude processual.

GABARITO: C

17. Acerca das penas restritivas de direito e da jurisprudência do STJ referente à temática:

- a) É possível a execução provisória da pena restritiva de direito.

- b) A pena restritiva de direitos converte-se em privativa de liberdade quando ocorrer o descumprimento injustificado da restrição imposta
- c) Não é possível a execução provisória de penas privativas de liberdade.
- d) É possível a execução da pena restritiva de direitos, desde que antes do trânsito em julgado da condenação.

GABARITO: B

18. Imagine se que Morcegão, homem cujo histórico de violência é conhecido em toda a vizinhança, agrediu fisicamente a seu irmão, na sede da empresa M&M têxtil Ltda., onde trabalhavam, causando-lhe lesão corporal leve. Nessa situação hipotética, e considerando a jurisprudência do STJ concernente a isso, aponte a assertiva correta.

- a) A denúncia que se fundamenta no art. 129, § 9º, do CP, qualificada pela violência doméstica, na situação ora analisada, é considerada inepta, visto que não ocorreu no ambiente doméstico familiar.
- b) Morcegão deverá responder pelo art. 129, § 9º do CP.
- c) Sendo a lesão corporal praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, deverá incidir a qualificadora do § 9º, desde que a agressão tenha ocorrido no ambiente doméstico familiar.
- d) Lesão corporal leve contra irmão configura o § 1º do art. 129 do CP, não importando onde a agressão tenha ocorrido, incidindo, ainda, a causa de aumento previsto no §10 do art. 129.

GABARITO: B

19. Quanto à exceção da verdade, em matéria penal, aponte o item incorreto.

- a) A exceção da verdade somente se admite se o ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício de suas funções.
- b) Admite-se a prova da verdade, salvo, se do crime imputado, embora de ação pública, o ofendido foi absolvido por sentença irrecorrível.
- c) Admite-se a prova da verdade, salvo, se do crime imputado, embora de ação pública, o ofendido foi absolvido por sentença irrecorrível.
- d) Admite-se a prova da verdade se o fato é imputado contra chefe de governo estrangeiro, dado que este goza de imunidade consular.

GABARITO: D

20. Conde do brega, conhecido em Belém pelo comportamento polêmico e agressivo com que lida com as opiniões alheias, foi processado porque, durante entrevista numa rádio local, para centenas de ouvintes, teria ofendido a reputação do seu arquirrival, o Rei do tecnobrega. Este alegou que aquele o teria chamado de “mulherengo, papudinho, corno e adúltero”. Diante dessas informações, por qual crime Conde do brega deveria responder:

- a) Injúria qualificada.
- b) Difamação.
- c) Calúnia.
- d) Difamação qualificada.

GABARITO: D

21. Considerando a extraterritorialidade da lei penal, assinale a alternativa incorreta.

- a) Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes contra a vida ou a liberdade do Presidente da República; contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público; contra a administração pública, por quem está a seu serviço; e genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil.
- b) Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir.
- c) Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes praticados por brasileiro.
- d) Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes praticados em aeronaves ou embarcações brasileiras, mercantes ou de

propriedade privada, quando em território estrangeiro ainda que sejam julgados no território alienígena.

GABARITO: D

22. Considerando a teoria geral do crime, os erros e as discriminantes, assinale a alternativa correta.

- a) O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo e a culpa.
- b) É isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima. Não há isenção de pena quando o erro deriva de culpa e o fato é punível como crime culposos.
- c) O erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado não isenta de pena. Consideram-se, neste caso, as condições ou qualidades da vítima.
- d) O desconhecimento da lei é inescusável. O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a metade. Considera-se evitável o erro se o agente atua ou se omite sem a consciência da ilicitude do fato, quando lhe era possível, nas circunstâncias, ter ou atingir essa consciência.

GABARITO: B

23. Considerando os crimes praticados por particular contra a administração pública em geral, assinale a alternativa correta.

- a) comete o crime de resistência o particular que se opõe à execução de ato legal, independentemente de violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio.
- b) O crime de descaminho foi declarado inconstitucional pelo STJ.
- c) Comete tráfico de influência quem solicita ou recebe dinheiro ou qualquer outra utilidade, a pretexto de influir em juiz, jurado, órgão do Ministério Público, funcionário de justiça, perito, tradutor, intérprete ou testemunha.
- d) Incorre na pena do descaminho quem vende, expõe à venda, mantém em depósito ou, de qualquer forma, utiliza em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria de procedência estrangeira que introduziu clandestinamente no País ou importou fraudulentamente ou que sabe ser produto de introdução clandestina no território nacional ou de importação fraudulenta por parte de outrem.

GABARITO: D

24. Considerando a jurisprudência do STF em matéria de direito penal, assinale a alternativa incorreta.

- a) O condenado não reincidente, cuja pena seja superior a 4 anos e não exceda a 8 anos, tem o direito de cumprir a pena corporal em regime semiaberto

, caso as circunstâncias judiciais do art. 59 lhe forem favoráveis, mesmo que a condenação tenha sido por tráfico de drogas de entorpecentes.

b) Se o agente vende a droga nas imediações de um presídio, mas o comprador não era um dos detentos nem qualquer pessoa que estava frequentando o presídio, ainda assim deverá incidir a causa de aumento do art. 40, III, da Lei nº 11.343/2006.

c) Aquele que se associa a comparsa para a prática de roubo, sobrevivendo a morte da vítima pelo comparsa, não responde pelo crime de latrocínio. O agente não assumiu o risco de produzir resultado mais grave.

d) Receber propina sob o disfarce de doações eleitorais oficiais configura a prática de crime de Corrupção passiva e Lavagem de dinheiro.

GABARITO: C

25. Considerando o entendimento sumulado do STJ em matéria de direito penal, assinale a alternativa correta.

a) É cabível a aplicação retroativa da Lei n. 11.343/2006, desde que o resultado da incidência das suas disposições, seja mais favorável ao réu do que o advindo da aplicação da Lei n. 6.368/1976, sendo permitida a combinação de leis.

b) Não é admissível a adoção do regime prisional semi-aberto aos reincidentes condenados a pena igual ou inferior a quatro anos se favoráveis as circunstâncias judiciais.

- c) A prática de falta grave interrompe a contagem do prazo para a progressão de regime de cumprimento de pena.
- d) Consuma-se o crime de roubo com a inversão da posse do bem mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo e em seguida à perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa roubada, sendo imprescindível a posse mansa e pacífica ou desvigiada.

GABARITO: C

26. O artigo 149-A do Código Penal, dispõe acerca do Tráfico de Pessoas. Sobre o assunto, aponte a assertiva correta.

- a) Se o crime for cometido contra criança, adolescente ou pessoa idosa ou com deficiência, a pena será aumentada de um terço até metade.
- b) Se o crime for cometido por funcionário público no exercício de suas funções, a pena será aumentada de um a dois terços.
- c) A pena será de reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa, se a vítima do tráfico de pessoas for submetida a adoção ilegal.
- d) A pena é reduzida de um terço até a metade, ou acrescida de multa, se o agente for primário e não integrar organização criminosa.

GABARITO: A

27. Acerca do delito de receptação, aponte o item incorreto.

- a) Não será atividade comercial apta a definir o crime de receptação qualificada o comércio irregular ou clandestino ocorrido na residência.
- b) A pena aplicada ao respectivo crime, no tipo básico, será de reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.
- c) A pena aplicada à receptação de animais será de reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa, ainda que, se preenchido o tipo penal, ele estiver abatido ou dividido em partes.
- d) Adquirir ou receber coisa que, por sua natureza ou pela desproporção entre o valor e o preço, ou pela condição de quem a oferece, deve presumir-se obtida por meio criminoso, possuindo pena de detenção, de 1 (um) mês a 1 (um) ano, ou multa, ou ambas as penas, é uma das hipóteses da receptação.

GABARITO: A

28. No tocante às espécies de erros, assinale a alternativa correta:

- a) O erro sobre o elemento constitutivo do tipo exclui o dolo e a culpa.
- b) Responde pelo crime o terceiro que determina o erro.
- c) O erro sobre a ilicitude do fato, se inescusável, isenta de pena.

d) Considera-se inevitável o erro se o agente atua ou se omite sem a consciência da ilicitude do fato.

GABARITO: B

29. Acerca da promoção ou facilitação de fuga de pessoa legalmente presa ou submetida a medida de segurança detentiva, é correto afirmar:

- a) Que a pena para tal delito, previsto no art. 351 do CP, será de detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos. Não há previsão de multa no tipo penal.
- b) Será crime de evasão mediante violência contra a pessoa evadir-se o preso ou o indivíduo submetido a medida de segurança detentiva, usando de violência contra a pessoa. Não é crime tentar evadir mediante violência.
- c) Que, se houver emprego de violência contra a pessoa, aplica-se também a pena correspondente à violência, a qual será aumentada de 1 (um) terço a 2 (dois) terços, ou multa.
- d) O STF declarou inconstitucional o crime de motim de preso, para garantir a liberdade de expressão.

GABARITO: A

30. Analise os itens abaixo e aponte o correto.

- a) Não existe no Brasil o delito de autoacusação falsa.
- b) O crime de tergiversação é aquele em que o advogado ou procurador judicial defende na mesma causa, simultânea e sucessivamente, partes contrárias.
- c) O favorecimento pessoal é crime que abrange o ascendente, descendente, cônjuge ou irmão do criminoso, diferentemente do favorecimento real.
- d) A fuga de pessoa presa tem o núcleo do verbo, apenas facilitar.

GABARITO: B

➤ **Preencha quantas você acertou!**

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30

Igual ou superior a 25 – EXCELENTE, VOCÊ QUASE GABARITOU.

20 a 24 – MUITO BOM, VOCÊ FEZ UM ESCORE RAZOÁVEL.

15 A 19 – PARABÉNS, VOCÊ ESTÁ NO CAMINHO E JÁ POSSUI A BASE DE PENAL.

Igual ou abaixo de 14 – VOCÊ ESTÁ MEDIANO NA MATÉRIA. VAMOS DEDICAR MAIS HORAS A PENAL?

PROCESSO PENAL

31. Acerca do procedimento do tribunal do júri previsto do CPP e em consonância com o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, assinale a opção correta:

- a) Mesmo com a vigência do novo Código Civil, somente pode ser jurado e integrar o conselho de sentença o maior de 21 anos de idade, desde que pessoa idônea, de nacionalidade brasileira e em pleno gozo dos direitos políticos.
- b) No tocante a Pronúncia, considera-se excesso de linguagem o juízo ofensivo lançado pelo magistrado contra as partes e seus procuradores.
- c) Nos termos do art. 413, § 1º, do CPP, na decisão de pronuncia, somente podem ser incluídos os indícios suficientes de autoria ou de participação e a prova da materialidade delitiva, as qualificadoras e causas especiais de aumento de pena.
- d) Estão isentos do serviço do júri os cidadão maiores de 60 anos que requeiram sua dispensa.

GABARITO: C

32. O art. 5º, LV, da CF garante ao réu um amplo arsenal de instrumentos de

defesa, como forma de compensar sua enorme fragilidade em relação ao Estado. No que tange ao princípio da ampla defesa, é correto afirmar:

- a)O princípio da ampla defesa divide-se em autodefesa e defesa técnica. A autodefesa é a defesa promovida pessoalmente pelo próprio réu, geralmente durante o seu interrogatório judicial, sendo disponível. Já a defesa técnica é aquela promovida por um defensor técnico, sendo indisponível.
- b)A disponibilidade da autodefesa autoriza que o réu minta ou se cale na primeira parte do interrogatório judicial.
- c)A doutrina dominante distingue, ainda, a autodefesa em direito de audiência que consiste no direito de o réu ser ouvido no processo; e direito de presença que é o direito de o réu estar presente aos atos processuais. Nesse trilhar, o STJ entende que a ausência do réu a audiência de oitiva de testemunhas gera nulidade do feito, ainda que presente seu defensor e não havendo demonstração de qualquer prejuízo.
- d)Conforme enunciado da Súmula 523 do STF, a falta de defesa, bem como sua deficiência, constitui nulidade absoluta.

GABARITO: A

33.Quanto ao instituto da prisão em flagrante, se o agente é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração, trata-se de:

- a) Flagrante próprio
- b) Flagrante presumido
- c) Flagrante impróprio
- d) Ação controlada

GABARITO C

34.No que se refere ao Recurso em Sentido Estrito, assinale a alternativa correta:

- a)O Rese é cabível somente contra decisão interlocutória, sendo o rol do art. 581 do CPP taxativo.
- b)O prazo de interposição do recurso em sentido estrito é de 02 (dois) dias, podendo ser interposto por petição ou termos nos autos, sendo que, o recorrente pode primeiro interpor o recurso e depois apresentar as razões recursais, no prazo de 05 (cinco) dias.
- c)É cabível a interposição de RESE contra decisão que recebe denúncia ou queixa.
- d)Caberá recurso em sentido estrito da decisão de pronúncia.

GABARITO: D

35.A Revisão Criminal é uma ação autônoma de impugnação que visa

reexaminar a sentença condenatória ou decisão condenatória proferida por tribunal já transitada em julgado. Quanto ao instituto da revisão criminal é correto afirmar:

- a) Semelhante à Ação Rescisória, a revisão criminal deverá ser manejada no prazo de 02 (dois) anos.
- b) É entendimento consolidado da doutrina e jurisprudência que o rol do art. 621 do CPP é exemplificativo.
- c) Réu que foi absolvido não poderá se utilizar da revisão criminal, salvo quando se tratar de sentença absolutória imprópria.
- d) Compete ao juízo de primeiro grau processar e julgar a revisão criminal.

GABARITO: C

36. “Logo que tiver conhecimento da prática de infração penal, a autoridade policial deverá”:

- a) Dirigir-se o local e ir apreendendo os objetos que tiverem relação com o fato, até a chegada dos peritos oficiais.
- b) Colher informações sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa ou por familiares – na hipótese daquela não o poder fazer.

c) Ouvir o acusado, colhendo todas as provas que tiverem relação com o fato e suas circunstâncias e determinando que se proceda a exame de corpo de delito e a quaisquer outras perícias.

d) Averiguar a vida pregressa do indiciado, sob o ponto de vista individual, familiar e social, sua condição econômica, sua atitude e estado de ânimo antes e depois do crime e durante ele, e quaisquer outros elementos que contribuam para a apreciação do seu temperamento e caráter.

GABARITO: D

37. No Processo Penal brasileiro “o acusado que comparecer perante a autoridade judiciária, no curso do processo penal, será qualificado e interrogado na presença de seu defensor, constituído ou nomeado.” Analise as assertivas abaixo e aponte aquela que está integralmente em conformidade com o CPP, à luz da temática do interrogatório do acusado.

a) Do interrogatório deverá constar a informação sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa ou por familiares – na hipótese daquela não o poder indicar.

b) Excepcionalmente, o juiz (autoridade judicial), por decisão fundamentada, de ofício, ou o delegado (autoridade policial), poderão proceder à realização do interrogatório do réu preso por sistema de videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real.

c)Da decisão que determinar a realização de interrogatório por videoconferência, as partes serão intimadas com 15 (quinze) dias de antecedência (prazo processual).

d)Em qualquer modalidade de interrogatório, o juiz garantirá ao réu o direito de entrevista prévia e reservada com o seu defensor; se realizado por videoconferência, fica também garantido o acesso a canais telefônicos reservados para comunicação entre o defensor que esteja no presídio e o advogado presente na sala de audiência do Fórum, e entre este e o preso.

GABARITO: D

38. No tocante ao entendimento sumulado acerca do instituto da competência, no processo penal brasileiro, julgue os itens abaixo, assinalando o correto.

a)Compete à Justiça Militar processar e julgar delito decorrente de acidente de trânsito envolvendo viatura da Polícia Militar, salvo se o autor e a vítima forem policiais militares em situação de atividade.

b)Compete à Justiça Eleitoral processar e julgar prefeito por desvio de verba sujeita a prestação de contas perante órgão federal.

c)Compete à Justiça Estadual Comum, na vigência da Constituição de 1988, o processo por contravenção penal, inda que praticada em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades.

d)Compete à Justiça Federal processar e julgar crime em que o indígena figure como autor ou vítima, bem como competirá a ela o processo e julgamento

unificado dos crimes conexos de competência federal e estadual, não se aplicando a regra do art. 78, II, a, do Código de Processo Penal.

GABARITO: C

39. Sabe-se que a Lei nº 9.099/95 traz um procedimento simplificado a ser aplicado no âmbito dos Juizados Especiais Criminais. Diante disso, e considerando os aspectos processuais penais de tal diploma federal, assinale a opção correta.

a) O Juizado Especial Criminal, provido por juízes togados ou togados e leigos, tem competência para a conciliação, a mediação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência.

b) Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa. Além disso, o processo perante o Juizado Especial orientar-se-á pelos critérios da oralidade, informalidade, economia processual e celeridade, objetivando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade.

c)Os atos processuais serão públicos e poderão realizar-se em horário diurno e noturno, e em qualquer dia da semana, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.

d)Da decisão que homologa a composição de danos entre autor do fato e vítima caberá apelação, que deverá ser julgada por turma composta de três Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.

GABARITO: B

40. Considera-se medida cautelar diversa da prisão, à exceção de:

a)Fiança, nas infrações que a admitem, para assegurar o comparecimento a atos do processo, evitar a obstrução do seu andamento ou em caso de resistência injustificada à ordem judicial.

b)Proibição de ausentar-se da Comarca quando a permanência seja conveniente ou necessária para a investigação ou instrução.

c)Recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga quando o investigado ou acusado tenha trabalho fixo, mas não, necessariamente, residência fixa.

d))Comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades.

GABARITO: C

41. A respeito da ação penal, aponte a assertiva correta, segundo o que dispõe o CPP.

- a) O Ministério Público poderá desistir da ação penal.
- b) Depois de oferecida a denúncia, a representação será retratável.
- c) A renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a um dos autores do crime, não se estenderá a todos.
- d) Em qualquer fase do processo, o juiz, se reconhecer extinta a punibilidade, deverá declará-lo de ofício.

GABARITO: D

42. Acerca do instituto do *habeas corpus*, em matéria processual penal, assinale a opção correta de acordo com a jurisprudência do STF.

- a) É cabível *habeas corpus* contra decisão condenatória a pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal que a pena pecuniária seja a única cominada.
- b) É cabível *habeas corpus* ainda que já extinta a pena privativa de liberdade.
- c) Não compete ao STF conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefira a liminar.

d) Não compete ao STF o julgamento, originariamente, de *habeas corpus* contra decisão de turma recursal de juizados especiais criminais.

GABARITO: C

43. De acordo com o entendimento do STF a respeito de assuntos atinentes ao Direito Penal, assinale a opção incorreta.

- a) Não é cabível *habeas corpus* contra decisão do Ministro do STJ que nega a liminar em ação cautelar.
- b) Compete ao TRF julgar os crimes praticados por Procurador da República, salvo em caso de crimes eleitorais, hipótese na qual a competência é do TRE.
- c) Não cabe *habeas corpus* para tutelar o direito à visita em presídio.
- d) Por expressa previsão legal, a suspensão dos processos em virtude de reconhecimento de repercussão geral não pode ser aplicada aos processos criminais.

GABARITO: D

44. À luz do entendimento dos tribunais superiores, assinale, dentre as opções abaixo, a correta.

- a) Se o condenado estava preso preventivamente, a data da prisão preventiva deve ser considerada como termo inicial para fins de obtenção de progressão de regime, mas não para os demais benefícios da execução penal, ocorrendo condenação posterior por outro crime apta a configurar falta grave.
- b) Em princípio, deve-se considerar nulas as provas obtidas em busca e apreensão pelo fato de não terem sido lacrados os materiais apreendidos.
- c) É possível que o juiz determine, como medida cautelar substitutiva da prisão, a incomunicabilidade do acusado com seu genitor/corréu, desde que eles sejam corréus.
- d) Laudo pericial juntado quando estava pendente apenas agravo para destrancar recurso especial é considerado prova nova para fins de revisão criminal.

GABARITO: D

45. A respeito da prisão preventiva, aponte o item incorreto.

- a) Esta modalidade de prisão poderá ser decretada em caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares.
- b) Segundo entendimento do STJ, é cabível RESE conta decisão de juiz que revogar prisão preventiva.
- c) A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública.
- d) Esta modalidade de prisão não será admitida se houver dúvidas quanto à identidade civil da pessoa.

GABARITO: D

46. O art. 400 do CPP prevê que o interrogatório deverá ser realizado como último ato da instrução criminal. Essa regra só não deve ser aplicada (tendo por base o atual posicionamento da jurisprudência):

- a) Nos processos penais eleitorais.
- b) Nos processos penais militares.
- c) Em todos os procedimentos penais regidos por legislações especiais.
- d) Em todos os procedimentos penais regidos por legislações especiais, à exceção da Lei de drogas.

GABARITO: D

47. De acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores referente à matéria processual penal:

- a) Compete à Justiça Comum Estadual julgar militar acusado de autorizar a navegação de uma balsa sem a realização de vistorias necessárias.
- b) Para que o princípio da congruência (correlação) seja respeitado é necessário apenas que haja a correlação entre o fato descrito na peça acusatória e o fato

pelo qual o réu foi condenado, sendo irrelevante a menção expressa na denúncia de eventuais causas de aumento ou diminuição de pena.

c) A ausência de lacre nos documentos e bens torna, automaticamente, ilegítima a prova obtida.

d) Para fins de revisão criminal, o laudo pericial juntado em autos de ação penal quando ainda pendente de julgamento agravo interposto contra decisão de inadmissão de recurso especial não se enquadra no conceito de prova nova.

GABARITO: B

48. Acerca do que dispõe a Lei de Execução Penal no tocante ao trabalho interno, aponte a assertiva incorreta.

a) Para o preso provisório, o trabalho não é obrigatório e só poderá ser executado no interior do estabelecimento.

b) Poderá ser atribuído horário especial de trabalho aos presos designados para os serviços de conservação e manutenção do estabelecimento penal.

c) Os órgãos da Administração Direta ou Indireta da União, Estados, Territórios, Distrito Federal e dos Municípios adquirirão, com dispensa de concorrência pública, os bens ou produtos do trabalho prisional, sempre que não for possível ou recomendável realizar-se a venda a particulares, e todas as importâncias arrecadadas com as vendas serão revertidas em favor do estabelecimento penal.

d) O condenado à pena privativa de liberdade está obrigado ao trabalho na medida de suas aptidões e capacidade.

GABARITO: C

49. Dentre as alternativas abaixo, aponte a incorreta.

- a) A interposição de recursos de decisões proferidas pela autoridade judiciária, durante a execução é de titularidade do Ministro da Justiça, segundo a LEP.
- b) Na falta de estabelecimento adequado, o cumprimento da prisão civil e da prisão administrativa se efetivará em seção especial da Cadeia Pública.
- c) O condenado por crime político não está obrigado ao trabalho.
- d) O emprego de algemas será disciplinado por decreto federal.

GABARITO: A

50. Sobre as modalidades de ação penal, é correto afirmar:

- a) Quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a ação penal será pública, a depender do crime.
- b) Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, sem necessidade de maiores formalidades.

- c) Ao ofendido, apenas, caberá intentar a ação privada, dado o caráter personalíssimo desta.
- d) O órgão do Ministério Público dispensará o inquérito, se com a representação forem oferecidos elementos que o habilitem a promover a ação penal, e, neste caso, oferecerá a denúncia no prazo de quinze dias.

GABARITO: D

51. Considerando as questões e os processos incidentes no processo penal, com destaque para a suspeição, assinale a alternativa correta:

- a) Se for argüida a suspeição do órgão do Ministério Público, o juiz, depois de ouvi-lo, decidirá, cuja decisão está sujeita a recurso, podendo antes admitir a produção de provas no prazo de 5 dias.
- b) As partes poderão também argüir de suspeitos os peritos, os intérpretes e os serventuários ou funcionários de justiça, decidindo o juiz, após ouvido o MP, e sem recurso, à vista da matéria alegada e prova imediata.
- c) A suspeição dos jurados deverá ser argüida oralmente, decidindo de plano do presidente do Tribunal do Júri, que a rejeitará se, negada pelo recusado, não for imediatamente comprovada, o que tudo constará da ata.
- d) Não se poderá opor suspeição às autoridades policiais nos atos do inquérito, pois elas não precisam se declarar suspeitas.

GABARITO: C

52.A respeito das provas no processo penal, assinale a alternativa que condiz com o que disciplina o CPP.

- a) Considera-se indício a circunstância conhecida e provada, que, tendo relação com o fato, autorize, por indução, concluir-se a existência de outra ou outras circunstâncias.
- b) Considera-se indício a circunstância conhecida e provável, mas não provada, que, tendo relação com o fato, autorize, por indução, supor-se a existência de outra ou outras circunstâncias.
- c) A busca pessoal independe de mandado, no caso de prisão ou quando houver fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito, salvo se a medida for determinada no curso de busca domiciliar, em que a busca pessoal também dependerá de mandado judicial. As buscas domiciliares serão executadas de dia, salvo se o morador consentir que se realizem à noite, e, antes de penetrarem na casa, os executores mostrarão e lerão o mandado ao morador, ou a quem o represente, intimando-o, em seguida, a abrir a porta.
- d) O silêncio do acusado não importará confissão, e nem poderá constituir elemento para a formação do convencimento do juiz.

GABARITO: A

53.Com fulcro no que disciplina o CPP a respeito dos recursos no processo penal, assinale a alternativa correta.

- a) O Ministério Público poderá desistir de recurso que haja interposto.
- b) Caberá recurso, no sentido estrito, da decisão, despacho ou sentença que não receber a denúncia ou a queixa;que concluir pela incompetência do juízo; que julgar improcedentes as exceções, salvo a de suspeição; que impronunciar o réu; dentre outras hipóteses.
- c) Caberá apelação no prazo de 10 (dias) dias, das sentenças definitivas de condenação ou absolvição proferidas por juiz singular, dentre outras hipóteses. A apelação de sentença condenatória terá efeito suspensivo, salvo hipóteses específicas previstas no CPP.
- d) A revisão poderá ser requerida em qualquer tempo, antes da extinção da pena ou após. Não será admissível a reiteração do pedido, salvo se fundado em novas provas. Julgando procedente a revisão, o tribunal poderá alterar a classificação da infração, absolver o réu, modificar a pena ou anular o processo.

GABARITO: D

54.Tendo em vista a jurisprudência do STF referente ao direito processual

penal, assinale a alternativa incorreta.

- a) A decisão do magistrado que homologa o acordo de colaboração premiada não julga o mérito da pretensão acusatória, mas apenas resolve uma questão incidente. Por isso, esta decisão tem natureza meramente homologatória, limitando-se ao pronunciamento sobre a regularidade, legalidade e voluntariedade do acordo.
- b) No ato de homologação da colaboração premiada, não cabe ao magistrado, de forma antecipada e extemporânea, tecer juízo de valor sobre o conteúdo das cláusulas avençadas, exceto nos casos de flagrante ofensa ao ordenamento jurídico vigente.
- c) Não existe obrigatoriedade legal absoluta de que as declarações do colaborador premiado sejam registradas em meio audiovisual.
- d) O STF, ao interpretar a lei 12.850, deu interpretação conforme, e afirmou que a colaboração é um meio de obtenção de prova cuja iniciativa se submete à reserva de jurisdição (exige autorização judicial), como ocorre nas interceptações telefônicas, por exemplo.

GABARITO: D

55. Considerando os entendimentos sumulados do STJ em matéria processual penal, assinale a alternativa correta.

- a) A competência para processar e julgar o crime de uso de documento falso é firmada em razão da entidade ou órgão ao qual foi apresentado o documento público, não importando a qualificação do órgão expedidor.
- b) A legitimidade para a execução fiscal de multa pendente de pagamento imposta em sentença condenatória é concorrente da Procuradoria da Fazenda Pública e do Ministério Público.
- c) A decisão que determina a produção antecipada de provas com base no art. 366 do CPP deve ser concretamente fundamentada, e o decurso do tempo é justificativa plausível.
- d) Não é cabível a suspensão condicional do processo na desclassificação do crime e na procedência parcial da pretensão punitiva.

GABARITO: A

56. Conforme entendimento sumulado, em matéria de processos penal, aponte o item integralmente correto.

- a) É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo e irrestrito aos elementos de prova que, já documentados em procedimento realizado por órgão com competência de polícia judiciária ou administrativa, digam respeito ao exercício do direito de defesa, sem exceção.
- b) Arquivado o inquérito policial, por despacho do juiz, a requerimento do Promotor de Justiça, excepcionalmente poderá, a ação penal, ser iniciada sem provas.

- c) Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.
- d) A identificação criminal constitui constrangimento ilegal, se o indiciado já tiver sido identificado civilmente.

GABARITO: C

57. Aponte a assertiva incorreta quanto à competência no processo penal brasileiro.

- a) Compete à Justiça Estadual Comum, na vigência da Constituição de 1988, o processo por contravenção penal, ainda que praticada em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades.
- b) Compete aos Tribunais Federais Regionais, processar e julgar, originariamente, os juízes federais da área de sua jurisdição, incluídos os da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho, nos crimes comuns e de responsabilidade, e os membros do Ministério Público da União, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.
- c) Compete exclusivamente à Justiça Comum Estadual processar e julgar crime em que o indígena figure como autor ou vítima.

d) Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar as causas cíveis em que é parte sociedade de economia mista e os crimes praticados em seu detrimento.

GABARITO: C

58. Leia as alternativas abaixo e indique a única que se mostra em conformidade com o CPP.

a) É vedado o uso de algemas em mulheres grávidas durante os atos médico-hospitalares preparatórios para a realização do parto e também durante o trabalho de parto, bem como em mulheres durante o período de puerpério imediato.

b) O juízo federal competente para processar e julgar acusado de crime de uso de passaporte falso é o do lugar onde o delito ocorreu.

c) Até à decisão que julgue restaurados s autos, a sentença condenatória em execução continuará a produzir efeitos, mesmo que não conste da respectiva guia arquivada em cadeia ou em penitenciária, onde o reu estiver cumprindo a pena, ou de registro que possa tornar a sua existência equivocada.

d) O recurso poderá ser interposto apenas pelo Ministério Público, ou pelo querelante, ou pelo reu, não se admitindo, entretanto, recurso da parte que não tiver interesse na reforma ou modificação da decisão.

GABARITO: A

59..Acerca da competência militar, aponte o item incorreto.

- a) Compete à Justiça Militar processar e julgar policial de corporação estadual, ainda que o delito tenha sido praticado em outra unidade federativa.
- b) Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os militares dos Estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças
- c) Compete à Justiça Militar Estadual processar e julgar civil acusado de prática de crime contra instituições militares estaduais.
- d) Compete à Justiça Estadual Militar processar e julgar o policial militar pela prática do crime militar, e à Comum pela prática do crime comum simultâneo àquele.

GABARITO: C

60.Em referência às medidas cautelares, aponte o item incorreto:

- a) Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for gestante, mulher com filho de até 12 (doze) anos completos e homem, caso

seja o único responsável pelos cuidados do filho de até 14 (quatorze) anos incompletos.

b) A proibição de ausentar-se do País será comunicada pelo juiz às autoridades encarregadas de fiscalizar as saídas do território nacional, intimando-se o indiciado ou acusado para entregar o passaporte, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

c) A internação provisória do acusado, nas hipóteses de crimes praticados com violência ou grave ameaça, quando os peritos concluírem ser inimputável ou semi-imputável e houver risco de reiteração, será considerada medida cautelar diversa da prisão.

d) A prisão domiciliar consiste no recolhimento do indiciado ou acusado em sua residência, só podendo dela ausentar-se com autorização judicial.

GABARITO: A

➤ **Preencha quantas você acertou!**

31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60

Igual ou superior a 25 – EXCELENTE, VOCÊ QUASE GABARITOU.

20 a 24 – MUITO BOM, VOCÊ FEZ UM ESCORE RAZOÁVEL.

15 A 19 – PARABÉNS, VOCÊ ESTÁ NO CAMINHO E JÁ POSSUI A BASE DE PROCESSO PENAL.

Igual ou abaixo de 14 – VOCÊ ESTÁ MEDIANO NA MATÉRIA. VAMOS DEDICAR MAIS HORAS A PROCESSO PENAL?

Ps. Você tem ideias de novos assuntos ou quer compartilhar materiais conosco?!

Envie e-mail para materiaiscejurnorte@gmail.com que teremos o prazer em analisar e, quem sabe, disponibilizar o seu material após revisão e complementação pela nossa equipe! Todos os direitos autorais e devidas citações serão respeitados! 😊

Gostou do material?



*Então tira uma foto dos pdfs e marque o @cejurnorte!
Nossos orientadores ficarão felizes e ainda mais
motivados!*